



Relatório da Administração de 2010

1 Mensagem do Presidente

Nesse cenário, atingimos um EBITDA de R\$ 862,4 milhões. Com os excelentes resultados atingidos nos indicadores financeiros, operacionais e de eficiência, nosso *rating* de crédito corporativo foi elevado para brAAA, o melhor da escala, segundo a agência de classificação de riscos Standard & Poor's.

Agradeço a dedicação de todos. Juntos vamos tornar a Elektro, cada vez mais, a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

(1) Cotação em 31 de dezembro

3.1. Reajuste Tarifário de 2010

3.2. 3º Ciclo de Revisão Tarifária

- Custos operacionais;
- Perdas Não Técnicas de Energia;
- Base de Remuneração Regulatória;
- Custo de Capital - WACC;
- Fator X;
- Outras Receitas e
- Receitas Irrecuperáveis.

3.3. Tarifas praticadas pela Elektro

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela Aneel e submetidos à avaliação pública.

4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

* Residencial e comercial: aumento de 4,7% e 7,7%, respectivamente, afetadas pelo incremento das vendas no varejo provocado pela elevação da renda média das famílias e pela melhora do grau de confiança na economia. As altas temperaturas nos meses de janeiro e fevereiro também afetaram positivamente o consumo destas classes por implicar na utilização mais intensa de equipamentos de refrigeração, como aparelhos de ar-condicionado e ventiladores;

4.2. Contratos de Compra de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para o período de 2010 a 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2010, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,9 bilhões, registrando aumento de 10,5%, quando comparada a 2009. As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 3,4 bilhões, registrando crescimento de 8,0% em relação a 2009.

6.1. Receita Operacional Líquida

6.2. EBITDA

A Elektro encerrou o exercício com EBITDA de R\$ 862,4 milhões, apresentando uma redução de 1,1% em relação a 2009.

Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais (ver Nota Explicativa nº 27.1), parcialmente compensado pelo aumento no volume e receita de fornecimento de energia. Caso desconsiderado o efeito não recorrente da provisão judicial, o EBITDA de 2010 seria R\$ 929,8 milhões, com incremento de 6,7% sobre o resultado de 2009.

O resultado financeiro acumulado em 2010 foi uma despesa líquida de R\$ 72,5 milhões, apresentando variação negativa de R\$ 148,9 milhões frente à receita financeira líquida auferida em 2009, de R\$ 76,4 milhões, que foi impactada por um efeito não recorrente causado pela reversão de R\$ 95,8 milhões da provisão para contingência de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, constituída nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.718/98, alterada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (ver Notas Explicativas 27.1 e 36). Desconsiderado este efeito não recorrente, o resultado financeiro, em 2009, seria uma despesa líquida de R\$ 19,4 milhões, logo a variação negativa, em 2010, de R\$ 53,1 milhões foi devida, principalmente, à inflação medida pelo IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, que representa 16% da dívida da Companhia.

6.4. Lucro Líquido

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de novembro de 2010, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 67,6 milhões, referente ao exercício de 2010, pagos em 19 de janeiro de 2011.

sobre capital próprio no montante de R\$ 67,6 mil

A Administração da Elektro também propôs distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,0 milhões, referente ao exercício de 2010 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente.

Em 15 de julho de 2010, a Elektro efetuou a 4ª emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie subordinada com conversão para quirografia após a liquidação da 3ª emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 15 de julho de 2014 e 15 de julho de 2015, respectivamente 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 180 milhões, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 1,15% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 120 milhões, à taxa de CDI acrescida de 1,25% a.a. O registro das debêntures na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ocorreu em 27 de julho de 2010 e a liquidação financeira ocorreu no dia 30 de julho de 2010.

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para o resgate antecipado da 3ª Emissão de Debêntures, com vencimento em 18 de setembro de 2011. Em 30 de julho de 2010, a Elektro pagou aos debenturistas da 3ª emissão os valores referentes ao montante principal, remuneração (juros) e prêmio, conforme preço unitário ("PU") descrito a seguir:

- Principal: R\$ 10.000,00;
- Remuneração (juros): R\$ 133,437759 e
- Prêmio: R\$ 59,958021.

A Elektro encerrou o ano de 2010 com endividamento líquido de R\$ 870,7 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.095,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos (excluindo garantias caucionadas para compra de energia, fundos educacional e outros) de R\$ 224,8 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 61% do total do endividamento.

• BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 77,9 milhões, através de agentes financeiros;

- Eletrobras: R\$ 9,9 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos e;
- EINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia): R\$ 9,1 milhões

No mesmo período, para financiar novos investimentos, cujo financiamento não havia sido contratado anteriormente, a Elektro realizou novas captações no montante total de R\$ 4,3 milhões relacionados ao BNDES FINAME

Adicionalmente, a empresa captou em 3 de setembro e em 1º de dezembro de 2010, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 1962, linhas de financiamento de curto prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 125 milhões (US\$ 77,0 milhões). Obtivendo a capitalização de qualquer renda, capital de dívida desta operação, a empresa

de R\$ 135 milhões (US\$ 77,9 milhões). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado desta operação, a empresa contratou uma operação de SWAP, com o mesmo prazo de vencimento, e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

A captação total de financiamentos no período, considerando o financiamento do programa de investimentos da Elektro e de linhas de curto prazo, atinge o montante total de R\$ 236,2 milhões.

Modalidade	Indexador
Debêntures	IGP-M
BNDEx Finem/Finame	CDI
Eletrobras	TJLP
Finep	RGR
Linha 4131 ¹	FINEP ²
Arrendamento mercantil	
100,0%	100,0%

¹ Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de swap para CDI

² Considera recursos da FINEP sem indexação



Relatório da Administração de 2010

9 Classificação de Risco

Em 1º de julho de 2010, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's elevou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de brAA+ para brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 750 milhões, manteve seu *rating* de brAAA. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010, teve seu *rating* alterado de brAA+ para brAAA.

10 Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui uma transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos, por meio de operação de SWAP, que foi contratada em dezembro de 2010 com vencimento em julho de 2011.

Tal instrumento visa mitigar em 100% o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do SWAP.

O contrato de SWAP em referência consiste na troca de indexadores, neste caso, de uma taxa de juros pré-fixada (variação cambial + 2,13% a.a.) para uma taxa de juros pós-fixada (101,1% do CDI) e eliminar o risco de variação cambial para a Elektro, com a definição da mesma taxa de câmbio da dívida como índice de atualização do SWAP.

A empresa também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M), a Elektro considera possuir hedge natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário previsto em seu contrato de concessão.

11 Fluxo de Caixa

Em 2010, o consumo líquido de caixa foi de R\$ 60,5 milhões, R\$ 139,3 milhões de variação negativa em relação ao mesmo período de 2009. As principais justificativas foram:

- Aumento de R\$ 160,2 milhões na geração operacional de caixa, devido principalmente ao aumento no volume de energia fornecida a clientes finais e livres, atrelado ao incremento médio de 4,98% e 8,91% nos reajustes tarifários de agosto de 2009 e 2010, respectivamente;
- Acréscimo de R\$ 74,6 milhões nas adições ao intangível, em virtude do Projeto Novas Tecnologias (mais detalhes no item 12 desse relatório);
- Maior desembolso de caixa, no montante de R\$ 222,0 milhões, referente à liquidação da 3ª emissão de debêntures da Companhia e amortização de arrendamento mercantil;
- Menor captação de empréstimos, no valor total de R\$ 53,9 milhões, basicamente por volumes inferiores de liberações do BNDES e Eletrobras em decorrência da absorção de atividades anteriormente financiadas;
- Redução de R\$ 60,4 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, resultado do menor lucro líquido de 2010, quando comparado a 2009.

12 Investimentos e Modernização

No ano de 2010, a Elektro investiu R\$ 354,8 milhões, dos quais R\$ 9,9 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes. Sendo:

- R\$ 301,2 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 98,4 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 28,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 94,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 79,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 43,6 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 33,4 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 7.384 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos; e
 - R\$ 10,2 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no ano de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período de 2009, devido a maiores investimentos em projetos de suporte operacional, principalmente aquisição de equipamentos para Projeto Novas Tecnologias, como veículos e equipamentos de transporte, materiais e ferramentas, equipamentos de informática e ampliação e reforma de imóveis. Esse projeto visa aumentar a produtividade e a segurança dos colaboradores nas atividades de construção e manutenção de redes de distribuição por meio de equipamentos inovadores e desenvolvimento de nova metodologia operacional.

Houve aumento na expansão e incorporação de novas subestações, representando incremento de R\$ 26,1 milhões ao longo de todo o ano.

13 Desempenho Operacional

13.1. DEC e FEC

Em 2010, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) registrou 9,48 horas, incremento devido principalmente a condições atípicas pontuais em 30 municípios da área de concessão da Companhia. Esses municípios decretaram situação de emergência ou calamidade pública, pela severidade dos danos causados por tempestades e alagamentos, destacando-se a cidade de São Luiz do Paraitinga, em janeiro e a região Oeste do Estado de São Paulo e de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, em setembro. No mesmo período, o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) apresentou o melhor resultado da história da Elektro, com 5,75 interrupções, reforçando que os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva, utilização de novas tecnologias, tais como digitalização e automação, mantiveram a rede suficientemente robusta frente à rigorosa situação climática.

13.2. Perdas

Até dezembro de 2010, as perdas globais apresentaram queda quando comparadas a 2009, encerrando o ano em 6,98%. A redução observada é atribuída à retomada do setor industrial, cujas perdas são sensivelmente mais baixas do que as observadas nas demais classes de consumo, interferindo assim na base de cálculo do índice. A recuperação de perdas comerciais também contribuiu para o resultado observado.

O valor acima inclui dois itens que eram anteriormente expurgados das perdas divulgadas, por serem fatores fora do controle da Companhia: (i) perdas no Sistema de Transmissão de Capão Bonito, que foram expurgados porque eram transitórios e seriam eliminados quando da entrada da SE Itararé II 230-1398kV, e (ii) perdas nos sistemas auxiliares das subestações operadas pela CTEEP, conforme informado em relatórios anteriores. A administração da Elektro entende que, apesar de serem itens não gerenciáveis pela Companhia, tais ajustes devem ser incorporados ao seu índice de perdas globais, por ocorrerem em sua área de concessão e afetarem suas necessidades de compra de energia e, a partir de 2010, passa a inclui-los nos índices apresentados.

14 A Elektro e o Mercado de Capitais

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais.

Acionista	Composição Acionária Atual							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações			
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
AEI Brazil Finance Ltd.	–	0,0%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%		
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	7,16%	–	0,0%	6.579.221	3,40%		
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	64,55%	–	0,0%	59.310.480	30,61%		
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	28,26%	34.535.204	33,90%	60.499.810	31,22%		
Acionistas Minoritários	26.665	0,03%	598.707	0,59%	625.372	0,32%		
Total	91.880.972	100,0%	101.878.293	100,0%	193.759.265	100,0%		
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,0%</i>		

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício.

14.1. Evento Subsequente

Em 19 de janeiro de 2011, a Elektro divulgou ao mercado Fato Relevante, informando que seu acionista controlador indireto AEI celebrou Contrato de Compra de Ações com Iberdrola Energia do Brasil, Ltda.

Esclareceu, ainda, que tão logo sejam cumpridas determinadas condições precedentes estabelecidas no contrato, bem como obtidas as aprovações regulatórias necessárias (Aneel), a AEI deverá alienar à Iberdrola a totalidade das ações da Elektro, representando 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Companhia. Ver Nota Explicativa nº 43.

Como consequência da mudança de controle, em 27 de janeiro de 2011, a AEI implantou alterações significativas no plano de incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan), transformando-o em um plano de bonificação em caixa, para retenção dos executivos da Elektro. Entretanto, vale ressaltar que este desembolso não será efetivado pela Elektro e que os efeitos contábeis decorrentes desta alteração serão devidamente refletidos no primeiro trimestre de 2011.

Ainda, visando maior eficiência e simplificação da cadeia societária, com o alinhamento dos interesses dos sócios em uma única pessoa jurídica, em março de 2011, foram protocolados junto à Jucesp, os atos societários em que as holdings brasileiras acionistas diretas detentoras de ações ordinárias da Elektro, ETB - Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda., serão incorporadas pela holding brasileira EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., também acionista direta detentora de ações ordinárias da Elektro.

15 Relações com Investidores

A empresa mantém um canal de comunicação com o mercado pelo website www.elektro.com.br/ri ou pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br

16 Meio Ambiente

No desempenho das atividades operacionais, a Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2010, destinou R\$ 45,9 milhões (comparado a R\$ 48,8 milhões em 2009) em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

17 Reconhecimentos Ao Longo do Ano

- Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País;
 - Melhor Gestão Operacional;
 - Melhor Gestão Econômico-Financeira;
 - Melhor em Responsabilidade Social;
- X Prêmio ABT - nas categorias “Responsabilidade Social” e “Soluções Tecnológicas”;
- Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ);
- Prêmio IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor; e
- Prêmio Abraconee - Melhor Divulgação das Informações Contábeis.

18 Informações Sobre Serviços da Empresa de Auditoria Independente da Elektro

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Elektro em 2010 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações trimestrais, assim como para alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa.

A Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2010.

19 Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

20 Balanço Social

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (mil reais)	2009 Valor (mil reais)
Receita líquida (RL)	3.368.855	3.120.341
Resultado operacional (RO)	644.282	814.322
Folha de pagamento bruta (FPB)	278.784	246.109

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	sobre % FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	21.044	7,55%	0,62%	15.612	6,34%	0,50%
Transporte	603	0,22%	0,02%	717	0,29%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	54.398	19,51%	1,61%	48.553 ⁽¹⁾	19,73%	1,56%
Previdência privada	4.561	1,64%	0,14%	4.194	1,70%	0,13%
Saúde	12.454	4,47%	0,37%	11.471	4,66%	0,37%
Segurança no trabalho	9.768	3,50%	0,29%	6.725	2,73%	0,22%
Educação	337	0,12%	0,01%	608	0,25%	0,02%
Cultura	78	0,03%	0,00%	80	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.860	1,74%	0,14%	5.359	2,18%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	417	0,15%	0,01%	413	0,17%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	18.546	6,65%	0,55%	16.795	6,82%	0,54%
Total - Indicadores sociais internos	127.066	45,58%	3,77%	110.527	44,91%	3,54%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.979	0,31%	0,06%	1.389	0,17%	0,04%
Cultura	1.980	0,31%	0,06%	3.516	0,43%	0,11%
Outros	5.264	0,82%	0,16%	5.176	0,64%	0,17%
Total das contribuições para a sociedade	9.223	1,43%	0,27%	10.081	1,24%	0,32%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.247.006	193,55%	37,02%	1.407.184	172,8%	45,10%
Total - Indicadores sociais externos	1.256.229	194,98%	37,29%	1.417.265	174,04%	45,42%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	28.648	4,45%	0,85 %	29.823	3,66%	0,96%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	17.857	2,77%	0,53%	19.026	2,34%	0,61%
Total dos investimentos em meio ambiente	46.505	7,22%	1,38%	48.849	6,00%	1,57%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
Nº de empregados (as) ao final do período	3.525	3.018
Nº de admissões durante o período	897	675
Nº de demissões no período	390	335
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	1.596	2.985
Nº de estagiários (as)	20 ⁽²⁾	22
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	538	546
Nº de mulheres que trabalham na empresa	458	467
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,85%	11,33%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	605	428
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	2,32%	2,00%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	47	46

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	57	57

Número total de acidentados de trabalho:	12	15 ⁽³⁾
--	----	-------------------

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
--	----------------------------	-------------------------	---	----------------------------	-------------------------	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
--	--	---	----------------------	--	---	----------------------

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
--	-----------------------------------	---	-----------------------------	-----------------------------------	---	-----------------------------

A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
----------------------------------	----------------------------	--	------------------------------	----------------------------	--	------------------------------

A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
--	----------------------------	--	------------------------------	----------------------------	--	------------------------------

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
---	---	----------------------------------	------------------	---	----------------------------------	------------------

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
---	-----------------------------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------------------	--------------------------	--------------------------

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 466.858	no Procon: 1.511	na Justiça: 855	na empresa: 322.281 ⁽⁴⁾	no Procon: 1.703	na Justiça: 1.162
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 23,8%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 15%

Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):	Em 2010: 2.362.373			Em 2009: 2.300.200		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67,6% governo acionistas	7,2% colaboradores(as) 7,0% financiadores		63,2% governo acionistas	8,0% colaboradores(as) 4,8% financiadores	

7 - Outras Informações	2010	2009
1 - Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:	381	347
2 - Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):	5.264,4	4.638,0

- O número referente aos encargos sociais foi revisado para apresentar somente o custo da Empresa, em 2009, estava contemplando as contribuições previdenciárias descontadas dos colaboradores.
- O número médio de estagiários foi de 40 em 2010, deste total, 18 foram efetivados ao longo do ano e 10 em janeiro de 2011.
- O número foi revisado para desconsiderar acidentados de baixa gravidade, incluindo apenas os acidentados que resultaram no afastamento do colaborador de suas atividades. O indicador inclui acidentados ocorridos com toda a força de trabalho.
- A compilação das reclamações e críticas recebidas pela Empresa em 2010 seguiu a metodologia de classificação e apuração de reclamações definida pela Resolução Aneel 373/2009, com vigência desde 24/12/2009. A nova metodologia altera a base de dados de um ano para outro e, dessa forma, os números de 2010 e 2009 não são passíveis de comparação.

21 Comentários sobre o Balanço Social

As três bases de cálculo dos indicadores sociais e ambientais apresentaram as seguintes variações em 2010: incremento de 8,0% na receita líquida (RL) e 13,3% na folha de pagamento bruta (FPB), e redução de 20,9% no resultado operacional (RO).

Os indicadores sociais internos tiveram incremento de forma generalizada em função do crescimento da força de trabalho própria da companhia. Esse aumento deveu-se principalmente à adoção de novas tecnologias, que envolveu a aquisição de equipamentos de última geração e a completa transformação do processo de expansão e manutenção das linhas de distribuição e sub-transmissão. A iniciativa aprimorou os processos, anteriormente executados por mão de obra terceirizada, passando a ser realizados com equipes próprias com maior Segurança, Qualidade e Produtividade. O projeto envolveu a contratação de aproximadamente 900 pessoas. O novo modelo operacional da Elektro permitiu que atividades antes executadas de forma manual e com uso da força física (por exemplo, a abertura de cavas para instalação de postes) passassem a ser realizadas com equipamentos de alta tecnologia, seguros e guiados por meio de controle remoto. Foram aplicados treinamentos específicos para a capacitação dos colaboradores, o que contribuiu também para a diminuição da exposição ao risco de acidentados. Os novos colaboradores contaram com significativa melhoria nas suas condições de trabalho, que passou a ser realizado de forma mais segura e ergonômica. Esta maior capacitação foi acompanhada de um aumento na remuneração paga pela Elektro quando comparada aos padrões salariais empregados pelas empresas contratadas.

Além dos efeitos do projeto acima, a folha de pagamento da Companhia também foi impactada pela negociação coletiva da data-base, que resultou em crescimento de 13,3% na folha de pagamento bruta e incremento nos custos com alimentação (34,8%), saúde (8,6%) e segurança no trabalho (45,2%).

Os investimentos em meio ambiente também tiveram continuidade no período. Do total de recursos direcionados no ano, 61,6% foram relacionados à produção/operação da Elektro e 38,4% a programas e projetos socioambientais. Uma das iniciativas de maior destaque na área foi o Programa Meninos Ecológicos, que visa à capacitação de adolescentes de comunidades carentes na prática de viveiristas por meio da produção de mudas e da promoção de educação socioambiental. Desde a criação do programa, a Elektro já formou mais de 600 viveiristas e produziu mais de 2,5 milhões de mudas.

Em indicadores sociais externos, Educação apresentou aumento de 42,5% nos investimentos em comparação com 2009. O desempenho resulta de um número maior de pessoas beneficiadas pelo programa Escola Inclusiva, que ampliou o número de turmas atendidas em 2010. A iniciativa visa ao treinamento e à capacitação de pessoas de baixa renda, com ou sem deficiência, promovendo a inclusão social desses participantes. Além disso, o programa visa ampliar as oportunidades de emprego, já que diversas vagas foram incorporadas ao quadro funcional da Elektro.

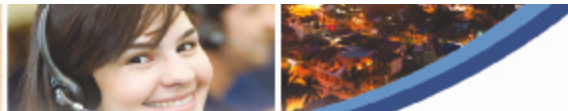
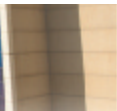
A Empresa também investiu na Escola de Eletricistas, oferecendo para 280 alunos treinamento e capacitação em instalações elétricas residenciais e montagem de padrão de entrada nos municípios de Tatuí, Registro, Andradina, Limeira e Atibaia. Entre os participantes, 144 foram selecionados para continuar a formação como eletricitistas de redes de distribuição, tornando-se aptos a ocuparem vagas na Elektro.

O Valor Adicionado, que representa a distribuição da riqueza produzida pela Empresa durante o ano, totalizou R\$ 2,4 bilhões. Do total, 67,6% foram distribuídos ao governo, na forma de impostos e contribuições, o que mostra a relevância da empresa para a sociedade. Os 32,4% restantes foram distribuídos entre acionistas (17,2%), colaboradores (7,2%), financiadores (7,0%) e (1,0%) para lucros retidos.

A Elektro é signatária do Pacto Global (ONU), Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq) e promove os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU).



www.elektro.com.br



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório (15,08% ao ano, antes dos impostos e 9,95% após os impostos): esta receita está incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro. (vide nota 14.4).

q. Custos de empréstimos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo líquidos da remuneração auferida nas aplicações financeiras. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. (vide nota 14.3).

r. Plano de Incentivo Baseado em Ações

Embora a Sociedade não possua nenhum plano de incentivo baseado em ações, a AEI, seu controlador indireto, oferece a seus executivos planos de remuneração de longo prazo com base em ações (vide nota 29).

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a Sociedade é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao patrimônio líquido, como contribuição de capital.

s. Lucro líquido do exercício por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o estatuto da Sociedade.

Quando um instrumento tem o potencial de reduzir o lucro básico por ação, ele é considerado um "título participante". O "título participante" deverá ser utilizado para computar o lucro por ação diluído.

t. Fluxo de caixa

A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

u. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado é elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

A Sociedade não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Modificações à IFRS 1	<i>Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais¹</i>
Modificações à IFRS 1	<i>Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs²</i>
Modificações à IFRS 7	<i>Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros²</i>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	<i>Instrumentos Financeiros³</i>
Modificações à IAS 12	<i>Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40⁴</i>
Modificações à IAS 32	<i>Classificação de Direitos⁵</i>
Modificações à IFRIC 14	<i>Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento⁴</i>
Melhorias	<i>Melhorias às IFRSs emitidas em 2010⁶</i>

¹ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.

² Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

³ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

⁴ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

⁵ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.

⁶ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme aplicável.

⁷ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

A Administração da Sociedade avaliará os impactos nas Demonstrações Financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 iniciou, para as Sociedades abertas brasileiras, o processo de adoção e convergência às normas internacionais de relatório financeiro, conhecidas como IFRS.

Para todos os exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2009, inclusive o exercício findo naquela data, a Sociedade preparou suas Demonstrações Financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis da legislação societária brasileira até então vigentes.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas em concordância com os novos pronunciamentos contábeis em IFRS e com os Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Sociedade preparou seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

Esta nota descreve os principais ajustes efetuados pela Sociedade para reapresentar o seu balanço patrimonial de abertura, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, preparadas de acordo com as normas contábeis em IFRS.

Na preparação dessas demonstrações, conforme previsto na IFRS 1 e no Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa.

a) Isenções e exceções da aplicação retrospectiva

A Sociedade realizou análises das opções disponíveis e, quando aplicável, decidiu pela adoção das seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

i. Isenção para arrendamentos

A Elektro optou por verificar a existência de arrendamentos em contratos, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, na data de transição, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data. Nenhum contrato adicional aos já identificados e devidamente contabilizados enquadrou-se nesta norma, requerendo a tratativa de arredamento mercantil.

ii. Isenção para mensuração dos benefícios a empregados

A Elektro optou por reconhecer, contra lucros acumulados, todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos planos de benefícios a empregados que a Elektro, através da Fundação CESP, mantém para a suplementação da aposentadoria e pensão de seus colaboradores. A partir do balanço de transição, a Sociedade optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados.

A Sociedade, em conformidade às isenções previstas pelo CPC 37 (R1) e IFRS 1, também optou por divulgar o histórico das obrigações de benefícios definidos, ativos dos planos e respectivos ajustes de experiência a partir da data de transição, e não dos últimos 5 anos como é requerido pelo pronunciamento técnico de benefícios a empregados.

iii. Isenção para classificação de instrumentos financeiros

A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

iv. Isenção para aplicação retrospectiva da ICPC 01 - Contratos de Concessão

Elektro optou por não aplicar a isenção à aplicação retrospectiva prevista na ICPC 01 - Contratos de Concessão. Considerando que a Sociedade já elaborava demonstrativos financeiros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP), a informação necessária para o reprocessamento e aplicação retrospectiva estava disponível. Os efeitos foram reprocessados desde a data de privatização: julho de 1998 e lançados a crédito do patrimônio líquido no montante de R\$ 48.739.

v. Isenção para transação de pagamento baseado em ações

A Elektro contabilizou os efeitos do plano de remuneração em ações outorgado pela sua controladora aos seus executivos de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a partir da entrada em vigor do pronunciamento.

vi. Custo atribuído para propriedades para investimento e imobilizado

Em função da uniformização de práticas para adoção inicial das normas de relatórios financeiros em IFRS para todos os ativos controlados direta ou indiretamente pela AEI, a Elektro optou por não utilizar a isenção prevista de utilizar o custo atribuído para seus ativos registrados como propriedade para investimentos e imobilizado, mantendo-os a custo histórico.

vii. Capitalização de Custos de Empréstimos

De acordo com as disposições transitórias do Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, a Sociedade adotou os procedimentos requeridos para capitalização a partir da entrada em vigor do pronunciamento, retroagindo os efeitos ao balanço de abertura.

viii. Estimativas

As estimativas da Sociedade de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) na data de transição são consistentes com as estimativas feitas para a mesma data pelos critérios contábeis anteriormente adotados no Brasil, sendo requerido qualquer ajuste adicional.

b) Conciliação entre as práticas anteriormente adotadas no Brasil, os novos pronunciamentos contábeis e IFRS

A adoção das novas normas contábeis impactou as Demonstrações Financeiras da Sociedade. Os ajustes nos balanços patrimoniais na demonstração do resultado e em seus fluxos de caixa, bem como um resumo dos impactos, são evidenciados como segue:

Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2009

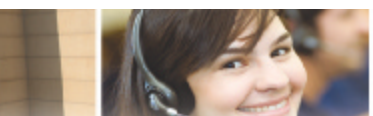
(em milhares de reais)		Ajustes CPCs						
							Baixa	
	Publicado	Reclassi- ficações	Plano de Pensão CPC 33	Pagamento Baseado em Ações CPC 10	Contratos de Concessão ICPC 01	Tributos sobre o Lucro CPC 32	de ativos e passivos regulatórios	Reapre- sentado
Ativo	Notas	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	
Circulante	854.770	(59.889)	—	—	—	—	(48.467)	746.414
Caixa e equivalentes de caixa	205.020	—	—	—	—	—	—	205.020
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	494.680	(a)	(328)	—	—	—	—	494.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.656)	—	—	—	—	—	—	(43.656)
Ativos regulatórios	38.469	(a,b,c)	9.998	—	—	—	(48.467)	—
Energia livre	—	(b)	4.053	—	—	—	—	4.053
TUSD-G	13.722	(c)	(13.722)	—	—	—	—	—
Tributos a compensar	105.135	(d)	(59.890)	—	—	—	—	45.245
Caução de fundos e depósitos vinculados	15.737	—	—	—	—	—	—	15.737
Almoxarifado	4.153	—	—	—	—	—	—	4.153
Outros créditos	21.510	—	—	—	—	—	—	21.510
Não circulante	2.096.672	102.732	—	—	48.739	7.658	(102.428)	2.153.373
Parcelamentos de débitos e supridores	39.360	—	—	—	—	—	—	39.360
Ativos regulatórios	114.847	(b)	(12.419)	—	—	—	(102.428)	—
Energia livre	—	(b)	12.419	—	—	—	—	12.419
TUSD-G	31.713	—	—	—	—	—	—	31.713
Tributos a compensar	310.193	(d)	(274.520)	—	—	—	—	35.673
Tributos diferidos	—	(d)	334.409	—	—	7.658	—	342.067
Caução de fundos e depósitos vinculados	11.711	—	—	—	—	—	—	11.711
Depósitos judiciais	—	(e)	42.843	—	—	—	—	42.843
Ativo Indenizável (concessão)	—	—	—	—	163.091	—	—	163.091
Outros créditos	6.730	—	—	—	—	—	—	6.730
Propriedade para investimentos	4.334	—	—	—	—	—	—	4.334
Imobilizado	1.537.888	—	—	—	(1.509.954)	—	—	27.934
Intangível	39.896	—	—	—	1.395.602	—	—	1.435.498
Total do Ativo	2.951.442	42.843	—	—	48.739	7.658	(150.895)	2.899.787

Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2009

(em milhares de reais)		Ajustes CPCs						
	Publicado	Reclassi- ficações	Plano de Pensão CPC 33	Pagamento Baseado em Ações CPC 10	Contratos de Concessão ICPC 01	Tributos sobre o Lucro CPC 32	Baixa de ativos e passivos regulatórios	Reapre- sentado
	Notas	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	
Passivo								
Circulante	1.004.148	(168.053)	—	—	—	—	(15.208)	820.887
Empréstimos e financiamentos	65.325	—	—	—	—	—	—	65.325
Debêntures	202.420	—	—	—	—	—	—	202.420
Arrendamento mercantil	7.744	—	—	—	—	—	—	7.744
Fornecedores e supridores de energia elétrica	239.856	—	—	—	—	—	—	239.856
Tributos a recolher	112.098	—	—	—	—	—	—	112.098
Encargos do consumidor	24.729	—	—	—	—	—	—	24.729
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	223.178	(f) (168.053)	—	—	—	—	—	55.125
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	35.116	—	—	—	—	—	—	35.116
Passivos regulatórios	20.681	(b) (5.473)	—	—	—	—	(15.208)	—
Energia livre	—	(b) 5.473	—	—	—	—	—	5.473
TUSD-G	12.839	—	—	—	—	—	—	12.839
Obrigações P&D e eficiência energética	35.071	—	—	—	—	—	—	35.071
Outros passivos	25.091	—	—	—	—	—	—	25.091
Não circulante	844.262	42.843	(23.496)	—	—	—	(40.928)	822.681
Empréstimos e financiamentos	241.980	—	—	—	—	—	—	241.980
Debêntures	366.380	—	—	—	—	—	—	366.380
Arrendamento mercantil	22.284	—	—	—	—	—	—	22.284
Passivos regulatórios	57.374	(b,g) (16.446)	—	—	—	—	(40.928)	—
Energia livre	—	(b) 15.484	—	—	—	—	—	15.484
TUSD-G	31.713	—	—	—	—	—	—	31.713
Obrigações P&D e eficiência energética	14.401	—	—	—	—	—	—	14.401
Provisão para ações judiciais e regulatórias	81.701	(e) 42.843	—	—	—	—	—	124.544
Plano de pensão	23.496	—	(23.496)	—	—	—	—	—
Outros passivos	4.933	(g) 962	—	—	—	—	—	5.895
Patrimônio líquido	1.103.032	168.053	23.496	—	48.739	7.658	(94.759)	1.256.219
Capital social	952.492	—	—	—	—	—	—	952.492
Capital social - Pagamentos baseados em ações	—	—	—	1.263	—	—	—	1.263
Reserva de capital	50.539	—	—	—	—	—	—	50.539
Reservas de lucro	100.001	—	—	—	—	—	—	100.001
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	48.739	(16.571)	—	32.168
Prejuízos acumulados -Ajustes	—	—	23.496	(1.263)	—	24.229	(94.759)	(48.297)
Dividendos adicionais propostos	—	(f) 168.053	—	—	—	—	—	168.053
Total do Passivo	2.951.442	42.843	—	—	48.739	7.658	(150.895)	2.899.787

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

(em milhares de reais)		Ajustes CPCs						
	Publicado	Reclassificações	Plano de Pensão CPC 33	Pagamento Baseado em Ações CPC 10	Contratos de Concessão ICPC 01	Tributos sobre o Lucro CPC 32	Baixa de ativos e passivos regulatórios	Reapresentado
Ativo	Notas	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	
Circulante	1.095.114	(60.638)	—	—	—	—	(119.243)	915.233
Caixa e equivalentes de caixa	283.831	—	—	—	—	—	—	283.831
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	528.358	(a)	7.580	—	—	—	—	535.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.912)	—	—	—	—	—	—	(43.912)
Ativos regulatórios	130.048	(a,b)	(10.805)	—	—	—	(119.243)	—
Energia livre	—	(b)	3.225	—	—	—	—	3.225
TUSD-G	62.641	—	—	—	—	—	—	62.641
Tributos a compensar	106.719	(d)	(60.638)	—	—	—	—	46.081
Caução de fundos e depósitos vinculados	6.125	—	—	—	—	—	—	6.125
Almoxarifado	5.488	—	—	—	—	—	—	5.488
Outros créditos	15.816	—	—	—	—	—	—	15.816
Não circulante	2.146.656	65.388	—	—	44.780	(26.290)	(49.520)	2.181.014
Parcelamentos de débitos e supridores	42.216	—	—	—	—	—	—	42.216
Ativos regulatórios	59.902	(b)	(10.382)	—	—	—	(49.520)	—
Energia livre	—	(b)	10.382	—	—	—	—	10.382
TUSD-G	61.134	—	—	—	—	—	—	61.134
Tributos a compensar	202.872	(d)	(176.776)	—	—	—	—	26.096
Tributos diferidos	—	(d)	237.414	—	—	(26.290)	—	211.124
Caução de fundos e depósitos vinculados	10.952	—	—	—	—	—	—	10.952
Depósitos judiciais	41.839	(e)	4.750	—	—	—	—	46.589
Ativo indenizável (concessão)	—	—	—	—	201.067	—	—	201.067
Outros créditos	4.055	—	—	—	—	—	—	4.055
Propriedade para Investimentos	4.325	—	—	—	—	—	—	4.325
Imobilizado	1.667.735	—	—	—	(1.643.652)	—	—	24.083
Intangível	51.626	—	—	—	1.487.365	—	—	1.538.991
Total do Ativo	3.241.770	4.750	—	—	44.780	(26.290)	(168.763)	3.096.247



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ajustes CPCs					Baixa	Reapre- sentado
	Publicado	Plano de	Pagamento	Contratos	Tributos	de ativos	
		Pensão	Baseado	de	sobre	e passivos	
		CPC 33	em Ações	Concessão	o Lucro	regulatórios	
	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)		
Receitas operacionais líquidas	2.662.347	–	–	296.867	–	161.126	3.120.341
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(1.891.570)	(761)	(1.417)	(7.348)	–	(39.768)	(1.940.865)
Energia comprada para revenda	(1.453.591)	–	–	–	–	(39.768)	(1.493.359)
Gastos com pessoal	(150.313)	(761)	(1.417)	–	–	–	(152.491)
Gastos com materiais	(24.940)	–	–	–	–	–	(24.940)
Gastos com serviços de terceiros	(85.335)	–	–	–	–	–	(85.335)
Depreciação e amortizações	(126.312)	–	–	120.147	–	–	(6.166)
Amortização do intangível	–	–	–	(127.495)	–	–	(127.495)
Outras despesas operacionais líquidas	(55.662)	–	–	–	–	–	(55.662)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	4.583	–	–	–	–	–	4.583
Custo de construção	–	–	–	(296.867)	–	–	(296.867)
Lucro operacional bruto	770.777	(761)	(1.417)	(7.348)	–	121.358	882.609
Despesas operacionais	(152.062)	–	–	7.348	–	–	(144.714)
Despesas com vendas	(21.957)	–	–	–	–	–	(21.957)
Despesas gerais e administrativas	(57.592)	–	–	–	–	–	(57.592)
Amortização mais valia do imobilizado	(7.348)	–	–	7.348	–	–	–
Outras despesas operacionais líquidas	(65.165)	–	–	–	–	–	(65.165)
Resultado do serviço	618.715	(761)	(1.417)	–	–	121.358	737.895
Resultado financeiro	70.484	–	–	–	–	5.943	76.427
Receitas financeiras	71.100	–	–	–	–	23	71.123
Despesas financeiras	(65.435)	–	–	–	–	799	(64.636)
Variação monetária líquida	64.819	–	–	–	–	5.121	69.940
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	689.199	(761)	(1.417)	–	–	127.301	814.322
Imposto de renda	(72.089)	–	–	–	–	–	(72.089)
Imposto de renda diferido	(75.724)	–	–	–	(31.635)	–	(107.359)
Contribuição social	(34.550)	–	–	–	–	–	(34.550)
Contribuição social diferida	(21.270)	–	–	–	(11.389)	–	(32.659)
Lucro líquido do exercício	485.566	(761)	(1.417)	–	(43.024)	127.301	567.665

Efeito da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2009	
	Publicado	Efeito transição novos CPCs
Caixa gerado pelas atividades operacionais	617.226	(11.707)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(292.235)	10.372
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(246.180)	1.335

Efeito da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração do valor adicionado

	31/12/2009	
	Publicado	Efeito transição novos CPCs
Valor adicionado a distribuir	2.170.808	129.392
Distribuição do valor adicionado	2.170.808	129.392
Pessoal	166.763	17.179
Impostos, taxas e contribuições	1.145.766	43.024
Federais	457.336	43.024
Estaduais	687.991	–
Municipais	439	–
Encargos do consumidor e outros	256.438	8.398
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	116.274	(6.305)
Juros sobre capital próprio	67.559	–
Dividendos pagos	–	238.141
Dividendos propostos	393.730	(189.844)
Lucros retidos	24.278	18.799

Abaixo, descrição dos principais ajustes e reclassificações que afetaram as Demonstrações Financeiras:

i. Reclassificações

Em consonância com os novos pronunciamentos contábeis e para fins de melhor apresentação das Demonstrações Financeiras, a Sociedade efetuou, nos saldos de balanço de 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 as seguintes reclassificações:

a) Diferenças de Alíquotas de PIS e COFINS: os valores referentes ao diferencial de alíquota que é cobrada na fatura dos consumidores foi reclassificado da rubrica “Ativos regulatórios” para a rubrica “Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores”, uma vez que estes saldos atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC - Estrutura Conceitual.

b) Energia livre: os valores referentes à energia livre, que antes eram registrados como ativos/passivos regulatórios foram reclassificados para a rubrica de “Energia livre”, por se tratar de valores que serão devolvidos aos geradores assim que recebidos dos consumidores (vide nota 10), portanto atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC - Estrutura Conceitual.

c) TUSD-G: a parcela referente a TUSD-G (anexo 1.6), cujos valores estão sendo, ou foram, recebidos ou devolvidos via tarifa nas contas dos consumidores, foi reclassificada para ativos/passivos regulatórios, pois atendem à definição de ativos e passivos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC - Estrutura Conceitual.

d) Impostos Diferidos: conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as parcelas de impostos diferidos registradas anteriormente na rubrica “Tributos a compensar” no circulante e não circulante foram reclassificadas para a rubrica “Tributos diferidos” no não circulante.

e) Depósitos Judiciais: conforme Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, os depósitos judiciais relacionados com contingências prováveis que estavam anteriormente lançados como redutores das respectivas contas de provisão do passivo foram reclassificados para o ativo não circulante.

f) Dividendos: Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 e a Interpretação ICPC08, os dividendos declarados que excedem ao mínimo obrigatório, após o período a que se referem, não devem ser reconhecidos como passivo por não atenderem ao critério de obrigação presente na data das Demonstrações Financeiras, uma vez que ainda não estão devidamente aprovados em Assembleia Geral. Desta forma, a Sociedade efetuou a reversão a crédito do patrimônio líquido dos montantes antes registrados no passivo como dividendos propostos, nos períodos reapresentados.

g) Programa de Consumidores de Baixa Renda: a parcela do programa de baixa renda devida para a Eletrobrás, que antes era registrada como passivo regulatório, foi reclassificada para a rubrica “Outros passivos”, uma vez que a contraparte pode ser identificada e se trata de uma obrigação presente.

h) Ganhos e perdas atuariais: conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 - parágrafo 98b, os valores de ganhos e perdas atuariais foram reclassificados da rubrica “Outros resultados abrangentes” para a rubrica “Lucros acumulados”.

i) Valores ajustados: os valores dos ajustes dos CPCs e reclassificações registradas, em 31 de dezembro de 2009, nas rubricas “Prejuízos acumulados - Ajustes” e “Lucros do exercício” foram reclassificados para a rubrica “Reservas de lucro”.

ii. Plano de Pensão - CPC 33

A Elektro adotou a isenção de reconhecer todos os ganhos ou perdas atuariais represados e efetuou o registro de ganhos atuariais em seu balanço de abertura no montante de R\$ 23.496 diretamente em lucros acumulados. Com o reconhecimento desses ganhos, a Sociedade reverteu o passivo anteriormente registrado em sua totalidade, entretanto, sem reconhecer o superávit atuarial no valor de R\$ 162.778. Isto porque apesar de possuir um plano superavitário, a Sociedade não pode reconhecer estes efeitos contabilmente, uma vez que ainda não atingiu o limite de 25% das reservas matemáticas, patamar mínimo requerido pela regulamentação para reconhecimento.

A nota 26 contém mais detalhes sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33 e os efeitos desse ajuste.

iii. Pagamento Baseado em Ações - CPC 10

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, ainda que a Elektro não possua nenhum plano de remuneração em ações, a Sociedade deve registrar, em seu resultado, a despesa referente ao benefício concedido aos seus executivos pela controladora AEI.

Toda a despesa com os planos é calculada pelo método acelerado seguindo os prazos de elegibilidade e vigência conforme definidos em contrato. Como a Sociedade não possui nenhuma obrigação em liquidar a transação por se tratar de um plano concedido pela controladora, a contrapartida dessas despesas é uma conta de Patrimônio Líquido.

A nota 29 contém mais detalhes sobre a aplicação desta norma e os efeitos desse ajuste.

iv. Contratos de Concessão - ICPC 01

A Elektro, assim como as demais distribuidoras de energia elétrica é requerida a aplicar o disposto na Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de Concessão.

Desta forma, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, salvo os oriundos dos contratos de arrendamento mercantil, foram considerados como bens vinculados à concessão e tratados dentro do escopo desta interpretação, que requer o reconhecimento de Ativos Intangíveis, pelo direito de cobrar os consumidores pelo período da concessão, e Ativo Financeiro, pela indenização a ser recebida do poder concedente ao término do contrato. Esta bifurcação é realizada considerando o valor residual de livros ao término da concessão, com a utilização das vidas úteis estabelecidas para os ativos fixos subjacentes, definidas pelo órgão regulador e vigentes na presente data.

Após esta bifurcação, o Ativo Financeiro foi marcado a mercado tendo como base o valor residual da Base de Remuneração Regulatória ao término do contrato, sofrendo posteriormente atualizações pelo IGP-M. Como o Ativo Financeiro foi classificado como Disponível para Venda (vide nota 14.2), a soma dessas atualizações foi contabilizada como Outros Resultados Abrangentes.

Ao invés de despesas de depreciação, o resultado da Sociedade passou a apresentar a amortização do Ativo Intangível referente a esses bens, sem haver alteração no total de despesa posto que a amortização do intangível é calculada com base na vida útil dos ativos subjacentes à concessão. A amortização do ágio pela mais valia de ativo imobilizado também foi reclassificada para a linha de amortização do Ativo Intangível.

O mesmo tratamento acima se aplica para as contas de Obrigações Especiais, por se tratarem de redutores dos Ativos Intangíveis e Financeiros, de sorte que o ativo será amortizado pelo período de concessão e o passivo será liquidado junto ao Poder Concedente ao final da concessão.

Ainda dentro dos requerimentos da interpretação, a Sociedade está obrigada a reconhecer Receita e Despesa relativas à atividade de construção ou melhoria da infraestrutura da rede. O montante registrado no resultado em cada uma dessas contas corresponde ao exato valor despendido pela Sociedade na realização de tais serviços, o que significa dizer, que a Sociedade entende que sua margem é zero para essas atividades, considerando o próprio modelo tarifário aplicado pelo regulador (ANEEL), que não pressupõe a existência de margem sobre a atividade de construção.

Mais detalhes sobre a aplicação desta interpretação podem ser obtidos na nota 14.

v. Tributos sobre o Lucro - CPC 32

A Sociedade registrou créditos fiscais à conta tributos diferidos sobre as diferenças temporárias relacionadas à transição da prática contábil anterior para os novos pronunciamentos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e com o próprio regime tributário de transição, criado pela Lei nº 11.941/09.

No balanço de abertura, os ajustes representaram um aumento na conta Tributos Diferidos ativos de R\$ 7.658. Em 2009, os ajustes representaram uma diminuição de R\$ 26.290 (vide nota 37).

vi. Baixa de Ativos e Passivos Regulatórios

Em conformidade com a legislação regulatória em vigor emitida pela ANEEL através de diversos atos e de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, a Sociedade reconhecia no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídos na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária (anexo 1). Entretanto, estes ativos e passivos regulatórios não atendem à definição de ativos e passivos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - Estrutura Conceitual, não havendo suporte técnico na literatura internacional que permita a manutenção destes saldos nas Demonstrações Financeiras, pois:

- O saldo não é individualizado

- A realização depende de receita futura (consumo)

- Os valores não podem ser vendidos ou securitizados

Este assunto está em estudo pelo International Accounting Standards Board (IASB), e a conclusão não deve ser divulgada antes do último trimestre de 2011. Desta forma, a Sociedade optou pelo não reconhecimento destes valores, impactando Resultado e o Patrimônio Líquido, de acordo com o período de competência, conforme demonstrado na Nota 4. Como consequência, os saldos dessas contas, antes registradas no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, foram baixados contra lucros acumulados no balanço de abertura e contra resultado do período conforme o período de competência. Entretanto, vale ressaltar que, em função do modelo tarifário, e por efeitos da regulação exercida pela ANEEL, estes ativos e passivos possuem realização ou exigibilidade líquidas e certas.

Desta forma, somente os valores referente à Energia Livre, Eficientização Energética e Eletrobrás relativo, ao programa de baixa renda não foram baixados, uma vez que a contraparte é identificável em todos estes casos e não há realização ou exigibilidade via tarifa.

Todos os efeitos relativos a esse ajuste estão mais detalhadamente descritos na Nota 9.

c) Representação das ITRs de 2010, comparativamente com as de 2009 ajustadas às normas de 2010 (informação revisada pelos auditores independentes).

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Sociedade apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010, 31 de março de 2009, 30 de junho de 2009 e 30 de setembro de 2009, decorrente da aplicação das normas contábeis em IFRS.

Reconciliação do patrimônio líquido

Trimestre findo em:	2010			2009		
	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Patrimônio líquido antes dos ajustes de CPC	1.241.355	1.137.329	1.259.809	1.227.962	1.115.566	1.233.101
Plano de pensão - CPC 33	–	–	–	17.620	11.747	5.873
Contratos de concessão - ICPC 01	50.603	56.680	61.405	47.221	46.696	45.285
Baixa de ativos e passivos regulatórios	42.702	42.294	28.514	(65.336)	(27.906)	12.658
Dividendo adicional proposto	–	190.352	–	168.053	238.143	–
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(31.724)	(33.747)	(30.573)	168	(10.383)	(21.698)
Patrimônio líquido após os ajustes de CPC	1.302.936	1.392.908	1.319.155	1.395.688	1.373.863	1.275.219

Reconciliação do resultado

Resultado do período findo (acumulado) em:	2010			2009		
	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Lucro líquido antes dos ajustes de CPC	114.044	200.371	322.851	124.930	250.677	368.211
Plano de pensão - CPC 33	7.823	15.646	23.468	(192)	(382)	(571)
Pagamento baseado em ações - CPC 10	(371)	(846)	(1.350)	(421)	(795)	(1.147)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	10.159	9.750	4.030	29.422	66.852	107.415
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(6.114)	(8.730)	(6.609)	(9.939)	(22.613)	(36.105)
Lucro líquido após ajustes de CPC	125.541	216.191	334.330	143.800	293.739	437.803

Resultado do trimestre findo em:

Lucro líquido antes dos ajustes de CPC

Plano de pensão - CPC 33

Pagamento baseado em ações - CPC 10

Baixa de ativos e passivos regulatórios

Tributo sobre o lucro - CPC 32

Lucro líquido após ajustes de CPC

	31/03/2010	31/06/2010	30/09/2010	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009
Lucro líquido antes dos ajustes de CPC	114.044	86.327	122.480	124.930	125.747	117.534
Plano de pensão - CPC 33	7.823	7.823	7.822	(192)	(190)	(189)
Pagamento baseado em ações - CPC 10	(371)	(475)	(504)	(421)	(374)	(352)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	10.159	(409)	(13.780)	29.422	37.430	40.563
Tributo sobre o lucro - CPC 32	(6.114)	(2.616)	2.121	(9.939)	(12.674)	(13.492)
Lucro líquido após ajustes de CPC	125.541	90.650	118.139	143.800	149.939	144.064

5. REAJUSTE TARIFÁRIO

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias periódicas (a cada período de quatro anos), têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária atinge. Para a Elektro, este reajuste ocorre no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Sociedade apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Conta corrente	9.748	6.887	3.359
CDB	73.948	79.066	61.125
Debêntures Comprimissadas	139.546	197.878	96.024
LFT	115	–	44.512
Total	223.357	283.831	205.020

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano Vencimento

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2009	–	–	47.436
2010	–	162.900	154.225
2011	–	81.680	114.044
2012	131.814	–	–
2013	115	–	–
Total	213.609	276.944	201.661

A Sociedade possui uma política de tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa de acordo com as opções oferecidas no mercado. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard and Poors, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI e fundo de investimento com lastro em Títulos Públicos Federais.

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações estavam indexadas à variação média de 100,79% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos e sem riscos significantes de mudança de valor (vide nota 40 - Instrumentos Financeiros).

7. CONTAS A RECEBER - CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2010				31/12/2009	
--	------------	--	--	--	------------	--



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em abril de 2010 a Elektro recebeu novo Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal, o qual está relacionado ao mesmo fato que culminou com os autos de infração recebidos em 2007. A nova autuação, determina o pagamento adicional de IRPJ e CSLL referente ao ano-calendário de 2007 em decorrência da compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL do mesmo exercício, tendo em vista que a autuação anterior havia glosado as despesas financeiras referentes à apropriação de despesas de variação cambial. O valor atualizado é de R\$ 100.790 em 31 de dezembro de 2010. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, este novo auto tem risco de perda possível. Primeiro porque o novo auto foi anulado em primeira instância administrativa. Em segundo lugar porque um dos Autos de Infração a ele relacionado obteve anulação em primeira instância administrativa e o outro Auto de Infração foi anulado em primeira e segunda instância administrativa.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que irá apresentar recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da Lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

Em julho de 1998, foram ajuizadas 2 (duas) ações populares em face da Elektro e outros. Cada uma destas ações objetiva a anulação da privatização da Elektro sob a alegação, dentre outras, que o preço pago pela Elektro teria sido inaceitavelmente baixo. Tais ações estão ainda em trâmite na 1ª Instância. Segundo os assessores jurídicos, há sólidos argumentos e indícios de que as ações sejam julgadas improcedentes, no mérito. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como remoto.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	–	6.579.221
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	–	59.310.480
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	34.535.204	60.499.810
AEI Brazil Finance Ltd.	–	66.744.382	66.744.382
Demais acionistas	26.665	598.707	625.372
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

Em 31 de dezembro de 2010 a AEI é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

28.2. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 50.539 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009) tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 38).

28.3. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal no valor de R\$ 146.800 (R\$ 143.078 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 100.001 em 1º de janeiro de 2009), constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

28.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 preveem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de agosto de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 190.352, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2010. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no mesmo período de 2010. O pagamento dos dividendos intermediários foi dividido em três parcelas iguais de R\$ 63.450, pagas em 25 de agosto, 20 de outubro e 20 de dezembro de 2010, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	104.596	1,026675781
Ordinárias	91.880.972	85.756	0,933341619
Total	193.759.265	190.352	

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2010, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.639 pagos em 19 de janeiro de 2011. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	37.167	0,364812818
Ordinárias	91.880.972	30.472	0,331648016
Total	193.759.265	67.639	

Ao final do exercício de 2010, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.037 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2011 e será submetida a aprovação em Assembléia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	92.334	0,906318025
Ordinárias	91.880.972	75.703	0,823925477
Total	193.759.265	168.037	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

28.5. Lucro por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Lucro por ação:

Conforme requerido pelo CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, em 06 de agosto de 2010. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	450.403	567.665
Numerador		
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,21	2,78
10% - Ações preferenciais	0,22	0,28
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,43	3,06
Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.		
O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador AEI, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.		

29. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Embora a Elektro não tenha implantado qualquer plano de remuneração com base em suas ações, certos diretores, membros do Conselho de Administração e empregados-chave da Sociedade participam de planos de remuneração com base em ações estabelecidos pelo seu acionista controlador AEI. A Elektro não possui qualquer responsabilidade em relação aos benefícios dos planos estabelecidos pela AEI: estes benefícios não estão inseridos na política de remuneração da Sociedade.

O plano de incentivo de longo prazo (**2007 AEI Incentive Plan**) foi aprovado pelo Conselho de Administração da AEI, em 20 de fevereiro de 2007, como instrumento de atração e retenção para seus empregados, extensível aos empregados-chave das suas subsidiárias, incluindo Elektro. O Plano terá validade até 23 de janeiro de 2017, quando nenhuma nova outorga poderá ser feita. O Plano é regido em todos os aspectos pelas leis vigentes no estado do Texas, Estados Unidos da América. O montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias está disponível para qualquer combinação de premiações no âmbito do Plano da AEI, incluindo todas suas subsidiárias.

O Comitê de Remuneração da AEI, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração da AEI, tem plenos poderes para administrar o Plano de Incentivo e determinar as outorgas e concessões, com base no desempenho do beneficiário e da própria AEI. Para empregados da Elektro, o Plano oferecido compreende três tipos de instrumentos: opção de compra em ações, ações restritas e ações por desempenho. As ações tomam-se imediatamente elegíveis em caso de mudança de controle ou em caso de morte ou invalidez do participante, enquanto funcionário da AEI.

Opção de Compra em Ações

A AEI outorga ao participante o direito de comprar ações ordinárias a um valor pré-determinado em um determinado prazo. As opções devem ser exercidas em até 7 anos da data de outorga. O valor justo da opção é calculado com base no modelo de precificação Black-Scholes.

Ações Restritas

A AEI outorga ações ordinárias ao participante, que não podem ser vendidas, dadas em garantia ou trocadas, a não ser para a própria AEI. O valor justo da ação é estimado através de cálculos internos, uma vez que a AEI não é uma empresa de capital aberto.

Para os instrumentos de opção de compra em ação e ações restritas, a elegibilidade ao benefício é cumulativa, obedecendo a tabela a seguir:

Ano 1	10%
Ano 2	15%
Ano 3	25%
Ano 4	50%

Ações por Desempenho

Foram somente outorgadas para funcionários da Elektro a partir de fevereiro de 2010. Nesta modalidade, a AEI outorga ações aos participantes, mediante o cumprimento de metas, previamente estabelecidas, por 36 meses. O período de mensuração da performance será compreendido por janeiro de 2010 até dezembro de 2012. O número de ações a que o participante se torna elegível pode variar entre 50% a 250%, dependendo do desempenho alcançado. Este benefício poderá ser liquidado em caixa, ações restritas ou ambos pela própria AEI.

Demonstramos, a seguir, a quantidade e a média ponderada de preço de outorga do saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	2010		2009	
	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Opções de Ações	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Opções de Ações
Saldo no início do Exercício	4,05	359.461	4,35	199.750
Outorgadas	5,03	102.997	3,77	174.028
Desistências	4,35	(17.321)	4,80	(14.317)
Exercidas	–	–	–	–
Em aberto no final do Exercício	4,27	445.137	4,05	359.461

As opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2010 possuem um preço médio ponderado de US\$ 4,27 (US\$ 4,05 em 2009).

	2010		2009	
	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Ações Restritas	Preço médio da Outorga por ação - US\$	Ações Restritas
Saldo no início do Exercício	14,03	57.241	14,75	39.903
Outorgadas	14,42	30.770	13,10	26.949
Desistências	14,31	(3.032)	14,96	(2.753)
Exercidas	14,00	(9.937)	14,18	(6.857)
Em aberto no final do Exercício	14,18	75.042	14,03	57.242

As ações restritas em 31 de dezembro de 2010 possuem um preço médio ponderado de US\$ 14,18 (US\$ 14,03 em 2009). A média ponderada de preço das ações restritas exercidas em 2010 foi de US\$ 14,00 e US\$ 14,18 para 2009.

As opções de compra de ações em circulação no fim dos exercícios têm os seguintes preços:

Opções de Ações	2010			2009	
	Preço da Outorga - US\$	Em Circulação	Exercíveis	Em Circulação	Exercíveis
Data da Outorga					
Fevereiro, 2007	3,52	11.218	5.609	10.621	2.655
Setembro, 2007	4,21	64.748	34.005	66.111	17.951
Fevereiro, 2008	5,19	103.116	27.784	108.700	12.068
Fevereiro, 2009	3,77	169.078	17.840	174.028	–
Fevereiro, 2010	5,09	96.976	–	–	–
Total		445.136	85.238	359.460	32.674

Das 445.136 opções de ações em circulação em 31 de dezembro de 2010, 85.238 são exercíveis. No ano de 2009, das 359.460 opções em circulação, 32.674 eram exercíveis.

As ações restritas em circulação no fim dos exercícios têm os seguintes preços:

Ações Restritas	2010			2009	
	Preço da Outorga - US\$	Em Circulação	Eleitas (vested)	Em Circulação	Eleitas (vested)
Data da Outorga					
Fevereiro, 2007	11,18	1.117	1.117	1.587	529
Setembro, 2007	13,60	7.101	7.890	11.233	4.146
Fevereiro, 2008	16,00	13.621	5.024	17.473	2.182
Fevereiro, 2009	13,10	23.419	2.762	26.949	–
Fevereiro, 2010	14,45	29.784	–	–	–
Total		75.042	16.793	57.242	6.857

Do total das 91.836 ações restritas outorgadas, 16.793 tornaram-se elegíveis, restando em circulação um montante de 75.043. No ano de 2009, havia 64.098 ações restritas outorgadas das quais 6.857 tornaram-se elegíveis, restando em circulação um montante de 57.241.

Adicionalmente foram outorgadas 28.370 ações por desempenho em fevereiro de 2010, ao valor justo de US\$ 14,45.

Reconhecimento da despesa e contabilização

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamentos Baseados em Ações, os instrumentos de remuneração descritos qualificam-se como transações com pagamento baseado em ações, liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. Embora o CPC 10 (R1) não requeira que a subsidiária reconheça os efeitos contábeis referentes aos planos de incentivos concedidos pela matriz aos seus empregados, a Interpretação Técnica ICPC - 05 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria determina esta contabilização.

Desta forma, de acordo com a ICPC 05, a controlada deve mensurar os serviços recebidos de seus empregados de acordo com os requisitos aplicáveis às transações de pagamento baseado em ações liquidadas com títulos patrimoniais, registrando a despesa de pessoal, e como contrapartida, o aumento correspondente no patrimônio líquido como contribuição da controladora. A Elektro não é obrigada a registrar nenhum passivo referente a este Plano de Incentivo, uma vez que não possui qualquer obrigação em liquidar a transação em caixa.

A norma requer que a contabilização da despesa de pessoal e do respectivo aumento patrimonial sejam feitos pelo valor justo das opções concedidas na data de outorga, sem remensurações posteriores, por se tratar de instrumento patrimonial. A despesa é registrada ao longo do período de aquisição, seguindo o método acelerado. Para as opções de ações e ações restritas, as despesas são apropriadas na seguinte proporção:

Período de Aquisição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Total
Ano 1 - 10%	10%	–	–	–	10%
Ano 2 - 15%	7,5%	7,5%	–	–	15%
Ano 3 - 25%	8,3%	8,3%	8,4%	–	25%
Ano 4 - 50%	12,5%	12,5%	12,5%	12,5%	50%
Total da Despesa	38,3%	28,3%	20,9%	12,5%	100%

Para as ações por desempenho, as despesas são apropriadas linearmente pelo período de sua duração (36 meses).

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram no registro de despesas nos seguintes montantes, em contrapartida dos registros ao Patrimônio Líquido:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Opções de Ações	894	897	750
Ações Restritas	572	520	513
Ações por Desempenho	187	–	–
Despesas	1.653	1.417	1.263
Patrimônio Líquido	4.333	2.680	1.263

Valor justo utilizado nos cálculos

O valor justo das ações é calculado pela AEI, utilizando uma combinação de abordagens para determinar o valor da empresa: resultados, na análise de mercado e na avaliação de terceiros. Para cada avaliação de valor justo, a AEI utiliza no mínimo duas das três abordagens, considerando também outros fatores relevantes da empresa e do setor no qual está inserida.

Demonstramos abaixo os valores justos médios ponderados e as premissas de avaliação utilizadas para sua determinação:

	2010	2009	2008	2007
Valor Justo Médio Ponderado de Concessões (US\$)	5,09	3,77	5,39	4,61
Volatilidade Esperada ⁽¹⁾	34,72%	29,22%	25,37%	25,00%
Taxa de Juros Isenta de Risco ⁽²⁾	2,69%	1,55%	3,20%	4,00%
Vida Útil Esperada ⁽³⁾	5,07 anos	5,08 anos	6,58 anos	7 anos

⁽¹⁾ A volatilidade esperada fundamenta-se nas alterações semanais do preço de ações (e mais recentemente com base em alterações resultados de preço de ações), durante um período de quatro a cinco anos, de determinadas empresas comparáveis a AEI em diversidade geográfica, natureza de operações e perfil de risco.

⁽²⁾ A taxa de juros livre de risco tem como base os rendimentos do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, em vigor no momento da concessão.

⁽³⁾ A vida útil esperada baseia-se em cálculos simplificados do prazo esperado para Sociedades de capital fechado.

Taxa de desistência (forfeitures)

Para o reconhecimento das despesas, é permitida a adoção de uma taxa de desistência, que no caso da AEI é de 10%, como expectativa de não adesão por parte dos beneficiários.

Esta taxa foi calculada com base na estimativa do número total de prêmios que serão efetivamente concedidos, considerando todos os beneficiários do Plano de Incentivo. Essa taxa é avaliada periodicamente (anualmente) de modo a auferir sua adequação.

Conforme análise realizada, a taxa acumulada real de desistência foi de 13% para os prêmios de 2007, 16% para 2008 e 6% para 2009. Desta maneira a taxa real acumulada até 2009 foi de 9%, extremamente próxima a aplicada pela Controladora. A Elektro realiza o cálculo considerando a taxa média de desistência de 10%, atualizando as desistências estimadas pelas efetivamente incorridas a cada período de reporte.

30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2010			2009		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.186.249	11.837.451	4.934.280	2.123.484	11.300.241	4.467.185
Fornecimento para consumidores	2.186.249	11.561.152	4.131.816	2.123.484	10.995.104	3.695.093
Residencial	1.861.632	3.698.403	1.622.216	1.814.085	3.532.432	1.462.495
Industrial	22.394	4.006.854	1.210.451	21.898	3.890.086	1.112.591
Comercial	153.838	1.809.178	717.155	143.138	1.679.528	625.709
Rural	125.527	889.892	198.378	122.382	788.015	162.182
Poder público	16.534	286.347	114.420	16.235	274.929	103.049
Iluminação pública	3.423	432.311	101.059	3.014	422.762	92.707
Serviço público	2.901	438.167	132.365	2.732	407.352	114.575
Não Faturado	–	–	35.772	–	–	21.785
Outras receitas	–	276.299	802.464	–	305.137	772.092
CCEE	–	276.299	32.365	–	305.137	6.102
Receita de uso do sistema de distribuição	–	–	294.618	–	–	405.745
Remuneração do ativo financeiro	–	–	35.865	–	–	27.014
Receita de construção (vide nota 14.4)	–	–	371.477	–	–	296.867
Outras receitas	–	–	68.139	–	–	36.364
Deduções às receitas operacionais	–	–	(1.565.425)	–	–	(1.346.844)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	–	–	(22.371)	–	–	(25.607)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	–	–	(155.598)	–	–	(110.711)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	–	–	(134.079)	–	–	(128.516)
ICMS sobre fornecimento	–	–	(777.564)	–	–	(687.992)
Recomposição de PIS e COFINS	–	–	(7.746)	–	–	2.948
COFINS	–	–	(355.986)	–	–	(305.273)
PIS	–	–	(77.286)	–	–	(66.277)
Programa de P&D e eficiência energética	–	–	(29.264)	–	–	(24.977)
Variação de Encargos Setoriais	–	–	–	–	–	–
Outros	–	–	(5.531)	–	–	(439)
Total	2.186.249	11.837.451	2.369.955	2.123.484	11.300.241	2.120.241



www.elektro.com.br



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS		
	2010	2009
Serviços no sistema elétrico	44.493	52.343
Serviços de manutenção e conservação	14.343	11.048
Serviços de leitura e entrega de contas	24.999	23.167
Serviços administrativos	33.443	17.026
Outros serviços	18.208	13.714
Total	135.486	117.298
Custo da operação	98.488	85.335
Despesas com vendas	15.227	10.450
Despesas gerais e administrativas	21.771	21.513
Total	135.486	117.298

A variação na rubrica de “Serviços administrativos” tem como principal motivo os gastos de R\$ 15.205 com a implantação do manual de controle patrimonial - REN 367/09, vide anexo 1.5.

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		
	2010	2009
Despesas com arrecadação bancária	17.063	16.629
Taxa de fiscalização ANEEL	7.621	7.247
Seguros	1.378	1.162
Aluguéis	10.502	5.909
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.520	12.590
Taxas e contribuições	3.406	3.259
Despesas com viagens	10.521	5.014
Propaganda e publicidade	4.987	3.290
Telefonia e telecomunicações	21.772	20.584
Provisões para ações judiciais e regulatórias	71.850	9.219
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	13.817	20.402
Outras	12.193	15.522
Total	191.630	120.827
Custo da operação	119.798	55.662
Outras despesas operacionais	71.832	65.165
Total	191.630	120.827

A variação em “Despesas com viagem” foi motivada pelos gastos de R\$ 5.413 com a implantação do manual de controle patrimonial - REN 367/09, vide anexo 1.5.

A variação em “Provisões para ações judiciais e regulatórias” tem como principal motivo o registro de R\$ 67.445 referente à provisão judicial em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais (vide nota 27.1).

36. RESULTADO FINANCEIRO		
	2010	2009
Receitas financeiras	65.916	71.123
Aplicações financeiras	21.549	24.897
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	40.260	38.355
Outras receitas financeiras	4.107	7.871
Despesas financeiras	(135.532)	(64.636)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(34.066)	(31.573)
Juros sobre debêntures	(65.556)	(64.806)
Reversão da provisão de PIS/COFINS s/Receitas Financeiras	—	46.115
Outras despesas financeiras	(35.910)	(14.372)
Variação cambial e monetária, líquidas	(2.850)	69.940
Receitas de variação monetária	30.637	21.758
Recuperação das perdas de receita e energia livre	10.835	3.366
Variação cambial	1.670	15.055
Conta de energia elétrica em atraso	10.612	967
Outras	7.520	2.370
Despesas de variação monetária	(33.526)	48.182
Principal - terceiros	(2.550)	(895)
Energia livre	(3.991)	(2.707)
Eficiência energética	(3.309)	(3.595)
Debêntures	(24.422)	8.693
Reversão da provisão de PIS/COFINS s/Receitas Financeiras	—	49.680
Outras	746	(2.994)
Despesas de variação cambial	39	—
Desp. VC outras	39	—
Total	(72.466)	76.427

37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:				
	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	644.282	644.282	814.322	814.322
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	—	10%	—
	(161.047)	(57.985)	(203.557)	(73.289)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	16.910	6.088	16.890	6.080
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.362)	(300)	(1.534)	(31)
Incentivos fiscais e outros	5.437	382	8.754	30
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(142.063)	(51.816)	(179.448)	(67.209)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social correntes	(101.583)	(38.001)	(72.089)	(34.550)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.480)	(13.815)	(107.359)	(32.659)
Total	(142.063)	(51.816)	(179.448)	(67.209)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Demonstrações do resultado e resultado abrangente			
	Balancos patrimoniais		2010	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	2010
Tributos diferidos	—	49.829	99.667	(49.829)
IR sobre prejuízos fiscais	—	37.196	72.078	(37.196)
CSLL sobre base negativa	—	12.633	27.589	(12.633)
IR e CS sobre diferenças temporárias	49.877	31.402	62.444	18.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.933	10.527	14.682	3.406
CVA	—	—	12.212	—
Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas	32.377	13.654	10.629	18.723
Plano especial de aposentadoria	3.476	4.975	—	(1.499)
Provisão PIS/COFINS - Liminar	—	—	23.302	—
Outras	91	2.246	1.619	(2.154)
Benefício fiscal do ágio incorporado	139.933	156.184	172.298	(16.251)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	2.907	(25.713)	24.229	(6.691)
Plano de pensão	10.639	259	(7.989)	(10.640)
Contratos de concessão - marcação a mercado	(616)	(14.907)	—	—
Reversão das contas regulatórias	(7.116)	(11.065)	32.218	3.949
Subtotal	192.717	211.702	358.638	(54.295)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(33.652)	(578)	(16.571)	2.236
Plano de pensão	(10.638)	(259)	—	10.639
Contratos de concessão - marcação a mercado	(23.014)	(319)	(16.571)	(8.403)
Total	159.065	211.124	342.067	(52.059)

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2010.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Ano	31/12/2010
2011	34.107
2012	13.207
2013	13.112
2014	13.472
2015	11.848
2016 a 2018	26.970
2019 a 2021	19.406
2022 a 2024	14.262
2025 a 2027	10.395
2028	2.286
Total	159.065

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

38. PARTES RELACIONADAS		
As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:		
	Receitas	
	2010	2009
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	258	242
AEI América do Sul Holding Ltda.	454	634
Total	712	876

Os saldos acima se referem a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do grupo AEI. Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado a partir de 1º de abril de 2004. Para AEI América do Sul Holding Ltda., a vigência do contrato teve início em 22 de agosto de 2005, com duração de cinco anos, e foi renovado através do 1º aditivo assinado em 22 de agosto de 2010, após anuência da Fundação Cesp e ANEEL, prorrogando a vigência por mais quatro anos. Ambos podem ser interrompidos mediante notificação por escrito, com pelo menos 90 dias de antecedência.

De acordo com a instrução de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, registrada na rubrica de Gastos com pessoal, foi de R\$ 9.751 (R\$ 8.672 em 31 de dezembro de 2009), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 7.843 (R\$ 7.178 em 2009) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós-emprego, no valor de R\$ 1.908 (1.494 em 2009). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de ações e opções de ações concedidas pela controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de R\$ 1.653 em 2010 (R\$ 1.417 em 2009).

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados (vide nota 26).

39. SEGUROS		
A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:		
Riscos	Importância segurada	
Riscos operacionais e multirisco	760.922	
Responsabilidade civil terceiros	43.750	
Responsabilidade civil administradores	26.250	

A vigência de todas as apólices compreende o período de 25 de agosto de 2010 a 25 de agosto de 2011.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS		
Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.		
Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado conforme quadro abaixo, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo", pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.		
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros pré-fixados para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.		
Em 31 de dezembro de 2010 a operação de Swap é apresentada como segue:		

Banco contratado	Valor referência (nocial) - R\$	Indexador	Vencimento	Valor contábil Ativo	Valor contábil (Passivo)	Valor justo
Itaú	100.000	Dólar	29/07/11	—	(4.251)	(4.456)

* Swap de moeda estrangeira US\$ x CDI - operação de swap contratada com vencimento em 29 de julho de 2011, como o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial da operação de empréstimos em dólares americanos, o valor justo apresentado refere-se ao valor de mercado da dívida financeira em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo apresentado refere-se ao valor de mercado da dívida financeira em 31 de dezembro de 2010, não representando risco para a Sociedade nesta data.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão, que representa o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Demonstrações Financeiras e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Demais ativos e passivos financeiros: São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não apresentarem mercado ativo, e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

31/12/2010				
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	223.357	223.357	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	651.694	651.694	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	82.992	82.992	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	17.253	17.253	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.692.130	1.692.130	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.667.426	2.667.426		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(555.879)	(560.048)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Operações de swap	(4.251)	(4.456)	Valor justo	Mensurado ao valor justo por meio de resultado
Debêntures	(518.622)	(536.168)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(16.717)	(16.717)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(272.866)	(272.866)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(16.804)	(16.804)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.385.139)	(1.407.059)		

31/12/2009				
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	283.831	283.831	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	578.154	578.154	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	123.775	123.775	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	17.077	17.077	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.538.991	1.538.991	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.541.828	2.541.828		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(413.789)	(418.188)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	(670.614)	(709.455)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(24.510)	(24.510)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(239.486)	(239.486)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(30.631)	(30.631)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.379.030)	(1.422.270)		

01/01/2009				
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	205.020	205.020	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	533.712	533.712	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	31.713	31.713	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	27.448	27.448	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	1.435.498	1.435.498	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	2.233.391	2.233.391		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(307.305)	(313.138)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	(568.800)	(577.187)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(30.028)	(30.028)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(239.856)	(239.856)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(44.552)	(44.552)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.190.541)	(1.204.761)		

A apuração do valor justo do ativo indenizável e a operação de swap levou em consideração o nível hierárquico 2.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's.

Em 1º de julho de 2010, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* elevou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de brAA+ para brAAA. A 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, manteve seu *rating* de brAAA. A 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 18 de junho de 2009, com também a 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 15 de julho de 2010, tiveram seus *ratings* alterados de brAA+ para brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2010 a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos, referentes a operações de Swap firmadas junto aos Bancos HSBC e Itaú. Conforme mencionado na nota 17, a Sociedade, captou em 3 de setembro (HSBC) e em 1º de dezembro de 2010 (Itaú), segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de curto prazo denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 35.000 (US\$ 20.068) e R\$ 100.000 (US\$ 57.901). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou uma operação de Swap, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual. Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA (vide nota 4a vi). Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de dezembro de 2010, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros da Elektro estão sujeitos às oscilações do CDI, IGP-M, TJLP e IPCA. A análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2010 seja mantido nos próximos 12 meses; e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data-base permaneçam estáveis (CDI: 9,77% a.a.; IGP-M: 11,32% a.a.; TJLP: 6,00% a.a. e IPCA: 5,90% a.a.). Neste caso, o efeito que seria registrado nas Demonstrações Financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 92.941. O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, I



www.elektro.com.br



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas:

Os índices de CDI, IGP-M e IPCA considerados de: 12,06%, 5,53% e 5,34%, respectivamente, foram obtidos através do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 07 de janeiro de 2011.

A TJLP utilizada no cálculo da expectativa de mercado é baseada na última divulgação realizada pelo Comitê Monetário Nacional Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário da data-base.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados às garantias; (ii) negatивação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso; e (v) cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2010 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,2%.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGP-M nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados aqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro e o término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informações não auditadas pelos auditores independentes)

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atinjam sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de duas subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de mais 61 subestações (SE), a automação do comando de 556 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Já as ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, os investimentos realizados nos últimos 8 anos na melhoria nos sistemas de proteção envolveram mais de R\$ 61.240 na substituição de 390 disjuntores e a substituição de 384 Km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados.

Para fins regulatórios e de repasse às tarifas, a Sociedade continuará fazendo o controle desses ativos e passivos regulatórios, e como tratam-se de direitos e obrigações, as divulgações desses valores permanecerão em notas explicativas.										
31/12/2010					31/12/2009			01/01/2009		
		Não		Total	Não		Total	Não		Total
Ativos	Notas	Homologado	Homologado		Homologado	Homologado		Homologado	Homologado	
		71.831	51.155	122.986	119.243	49.520	168.763	48.467	102.427	150.894
Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA	1.1	59.377	18.616	77.993	112.801	42.735	155.536	7.856	99.131	106.987
Recomposição de PIS e COFINS	1.2	—	—	—	—	—	—	2.596	—	2.596
Devolução baixa renda - Modicidade tarifária e subsídio	1.3	—	—	—	2.974	—	2.974	—	—	—
Encargos do sistema isolado	1.4	3.833	—	3.833	—	—	—	—	—	—
Implantação Manual de Controle Patrimonial - REN 367/09	1.5	—	22.275	22.275	—	32	32	—	—	—
TUSD-G regulatório	1.6	—	—	—	—	—	—	13.722	—	13.722
Revisão tarifária de 2007	1.7	—	—	—	—	—	—	12.180	—	12.180
Ativo com transmissoras	1.9	—	—	—	—	—	—	6.293	—	6.293
Outros ativos regulatórios		8.621	10.264	18.885	3.468	6.753	10.221	5.820	3.296	9.116
Passivos		(38.398)	(105.517)	(143.915)	(83.036)	(118.270)	(201.306)	(15.208)	(40.928)	(56.136)
Devolução baixa renda - Modicidade tarifária e subsídio	1.3	(613)	(52.920)	(53.533)	(599)	(45.572)	(46.171)	(944)	(40.928)	(41.872)
TUSD-G regulatório	1.6	(26.987)	(40.511)	(67.498)	(43.774)	(72.481)	(116.255)	—	—	—
Revisão tarifária de 2007	1.7	—	—	—	(36.493)	—	(36.493)	—	—	—
Variação de encargos setoriais	1.8	(7.275)	(2.434)	(9.709)	—	—	—	—	—	—
Passivo com transmissoras	1.9	—	—	—	—	—	—	(6.293)	—	(6.293)
Outros passivos regulatórios		(3.523)	(9.652)	(13.175)	(2.170)	(217)	(2.387)	(7.971)	—	(7.971)
Total Ativos e Passivos		33.433	(54.362)	(20.929)	36.207	(68.750)	(32.543)	33.259	61.499	94.758
Baixa de ativos e passivos regulatórios		(33.433)	54.362	20.929	(36.207)	68.750	32.543	(33.259)	(61.499)	(94.758)
Total		—	—	—	—	—	—	—	—	—

1.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA

Por meio da Portaria Interministerial 025/2002, dos Ministérios da Fazenda e Minas e Energia, foi estabelecido o mecanismo de compensação das variações ocorridas em alguns custos não gerenciáveis (Parcela A), incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são obtidas pela diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos reconhecidos no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários. Outras regras emitidas pela ANEEL contemplam o suporte à metodologia de cálculo e contabilização.

O quadro abaixo demonstra os saldos de CVA referentes às variações entre os custos contemplados na tarifa em períodos anteriores e os custos efetivamente incorridos pela Elektro:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	CVA 09/10 (iii)	CVA 10/11 (iv)	Total	CVA 08/09 (ii)	CVA 09/10 (iii)	Total	CVA 07/08 (i)	CVA 08/09 (ii)	Total
Principal corrigido	91.005	18.616	109.621	170.663	42.735	213.398	11.292	99.131	110.423
Energia comprada	9.826	(6.328)	3.498	90.491	13.768	104.259	(28.147)	42.647	14.500
Encargos de serviço de sistema - ESS	13.514	16.372	29.886	24.913	(1.522)	23.391	26.609	19.886	46.495
PROINFA	6.353	—	6.353	18.830	—	18.830	7.085	—	7.085
Uso da rede básica	6.389	1.174	7.563	11.601	5.764	17.365	(1.755)	11.668	9.913
Conta de consumo de combustível - CCC	48.747	6.515	55.262	14.602	21.769	36.371	5.591	24.747	30.338
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.176	883	7.059	10.226	2.956	13.182	1.909	183	2.092
Amortização	(31.628)	—	(31.628)	(57.862)	—	(57.862)	(3.436)	—	(3.436)
Energia comprada	(3.221)	—	(3.221)	(30.285)	—	(30.285)	10.459	—	10.459
Encargos de serviço de sistema - ESS	(4.674)	—	(4.674)	(8.252)	—	(8.252)	(9.074)	—	(9.074)
PROINFA	(2.228)	—	(2.228)	(6.571)	—	(6.571)	(2.635)	—	(2.635)
Uso da rede básica	(2.234)	—	(2.234)	(4.083)	—	(4.083)	633	—	633
Conta de consumo de combustível - CCC	(17.105)	—	(17.105)	(5.100)	—	(5.100)	(2.108)	—	(2.108)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.166)	—	(2.166)	(3.571)	—	(3.571)	(711)	—	(711)
Total	59.377	18.616	77.993	112.801	42.735	155.536	7.856	99.131	106.987

- (i) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2007 a 26 de agosto de 2008;
(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2008 a 26 de agosto de 2009;
(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2009 a 26 de agosto de 2010;
(iv) Compreende os diferimentos efetuados no período de 27 de agosto de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (ciclo atual).

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de 27 de agosto de 2009 a 26 de agosto de 2010. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2010 e tem previsão de término para 26 de agosto de 2011, sendo que o saldo é atualizado pela taxa de juros SELIC.

A CVA referente ao período de 27 de agosto de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (ciclo atual) foi apurada pela Sociedade conforme legislação e regras específicas em vigor e, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.877/08 deverá ser fiscalizada por auditoria independente e homologada pela ANEEL para a próxima revisão tarifária que ocorrerá em 27 de agosto de 2011. Nessa ocasião, deverá ocorrer a incorporação desses valores nas tarifas de fornecimento, que serão amortizados até 26 de agosto de 2012.

1.2. Recomposição de PIS e COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de aliquotas dos referidos tributos diretamente na fatura do consumidor.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das aliquotas de PIS e COFINS ocorrida após a mudança da legislação, de cumulativo para não cumulativo, momento em que não havia repasse direto às tarifas cobradas dos consumidores. O montante de R\$ 2.596, que estavam homologado em 1º de janeiro de 2009, foi totalmente amortizado em 2009.

1.3. Devolução Baixa Renda - Modicidade Tarifária e Subsídio

Baseado nos procedimentos contábeis e critérios de compensação nas tarifas de fornecimento definidos pela ANEEL por meio da Resolução nº 407 de 27 de julho de 2010, a Elektro apura, a cada faturamento, o subsídio efetivamente concedido aos consumidores baixa renda, de forma a amortizar o componente financeiro considerado no último reajuste tarifário efetivado pela Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010. Esse componente tarifário é uma previsão do subsídio a ser concedido pela Elektro aos seus consumidores enquadrados na subclasse baixa renda.

O saldo de R\$ 2.974, em 31 de dezembro de 2009, no ativo refere-se ao componente financeiro positivo, concedido no reajuste tarifário de 2009, que foi totalmente amortizado até agosto de 2010.

O saldo de R\$ 53.533 (R\$ 46.171 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 41.872 em 1º de janeiro de 2009) que permanece registrado para fins regulatórios encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

1.4. Encargos do sistema isolado

Conforme definido pela Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem destinar 1,0% sobre a receita operacional líquida para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (vide nota 25).

A Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, alterou esse percentual e a partir de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, incluiu um adicional de 0,30%, referente aos encargos do sistema isolado, sobre a receita operacional líquida que deverá ser recolhido pelas empresas ao Tesouro Nacional. O efetivo recolhimento iniciou-se em 15 de outubro de 2010 e até 26 de agosto de 2010 esse recolhimento adicional não estava previsto nas tarifas da Elektro, portanto, foi contabilizado, para fins regulatórios, um ativo regulatório de R\$ 5.896, que foi incluído na tarifa a partir de 27 de agosto de 2010 e será amortizado até 26 de agosto de 2011. O saldo já parcialmente amortizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 3.833.

1.5. Implantação Manual de Controle Patrimonial - REN 367/09

Conforme definido pela Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica devem padronizar os procedimentos de controle patrimonial, permitindo o acompanhamento e monitoramento dos ativos por parte da ANEEL. A implantação do MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) tem por objetivo a adequação dos controles através de codificações específicas padronizadas e a avaliação patrimonial dos bens e instalações da concessionária, além de auxiliar na definição da Base de Remuneração Regulatória a cada ciclo tarifário.

O saldo desse ativo regulatório de R\$ 22.275, em 31 de dezembro de 2010, encontra-se pendente de homologação pela ANEEL.

Índices Financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	2010	2009
Valorização do Real frente ao Dólar	4,31	25,49
IGP-M	11,32	(1,72)
IGP-DI	11,30	(1,43)
TJLP	6,00	6,12
SELIC	9,78	9,92
CDI	9,77	9,84
IPCA	5,91	4,31

41. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

A Administração da Sociedade define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos que compõem essa conta estão representados na nota nº 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	2010	2009
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	1.339	2.226
Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	55.062	54.998

42. QUESTÕES AMBIENTAIS*

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2010, a Sociedade destinou o montante de R\$ 45.902 (R\$ 48.849 em 2009) em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 16.836 (R\$ 18.827 em 2009) foi contabilizado como intangível, e está relacionado com a instalação de redes compacta, isolada e cabo pré-reunido.

O valor de R\$ 29.072 (R\$ 30.562 em 2009) foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, limpeza de faixas, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Em 19 de janeiro de 2011 o controlador indireto AEI, sociedade constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman (“AEI”), celebrou o Contrato de Compra de Ações (o “Contrato”) com Iberdrola Energia do Brasil Ltda., sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil (“Iberdrola”), por meio do qual, tão logo cumpridas determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato, bem como obtidas as aprovações regulatórias necessárias, aí incluída a aprovação prévia pela ANEEL, a AEI deverá alienar à Iberdrola a totalidade das ações da Elektro por ela direta ou indiretamente detidas, representativas de 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Sociedade.

(ii) Em 27 de janeiro de 2011, a AEI implantou alterações significativas no Plano de Incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan), no contexto do Contrato de Compra de Ações, transformando-o em um plano de bonificação em caixa. Entretanto, vale ressaltar que este desembolso não será efetuado pela Sociedade e que os efeitos contábeis decorrentes da aceleração das ações outorgadas e não elegíveis no montante aproximado de R\$ 2.600, serão devidamente refletidos no primeiro trimestre de 2011.

(iii) Visando maior eficiência e simplificação da cadeia societária, com o alinhamento dos interesses dos sócios em uma única pessoa jurídica, em março de 2011 foram protocolados junto a JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo), os atos societários em que as holdings brasileiras, acionistas diretas detentoras de ações ordinárias da Elektro, ETB - Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda., serão incorporadas pela holding brasileira EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., também acionista direta detentora de ações ordinárias da Elektro.

ANEXOS

1. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Em conformidade com a legislação em vigor, extensa regulamentação emitida pela ANEEL através de diversos atos e de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, a Sociedade reconhecia no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa no próximo reajuste ou revisão tarifária. Atualmente não há suporte técnico na literatura internacional que permita a manutenção dos saldos de ativos e passivos regulatórios nas Demonstrações Financeiras. Este assunto está em estudo pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e a conclusão não deve ser divulgada antes do último trimestre de 2011. Desta forma essas contas foram baixadas das Demonstrações Financeiras.

Conselho de Administração

Presidente: **Carlos Marcio Ferreira**

Conselheiros
Juracy Pereira Mamede
Vitor Cuminato Filho
João Gilberto Mazzon

Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro
Diretor Executivo de Operações

Diretoria

Carlos Marcio Ferreira - Diretor Presidente

Luiz Sergio Assad
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais

Max Xavier Lins
Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia

Marcio Henrique Fernandes
Diretor Executivo Administrativo

André Oswaldo dos Santos - Gerente de Contabilidade - CRC 1SP235939/O-7



Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas - SP

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Elektro Eletricidade e Serviços S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o

objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo

com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentada como demonstração financeira obrigatória conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 28 de março de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende

Contador

CRC nº 1 MG 049699/O-2 “T” SP